

TUPINAMBÁ, FRANCESES E PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO DURANTE O SÉCULO XVI

*Salete Neme**
*Maria da Conceição Beltrão**

RESUMO: O estudo do contato interétnico ocorrido na região do Rio de Janeiro durante o século XVI parte das pesquisas arqueológicas efetuadas por Beltrão, no que concerne aos grupos indígenas pertencentes ao tronco lingüístico Tupi-Guarani que se estabeleceram ali antes da chegada dos europeus, e da tese de Mestrado em História, da autoria de Neme, 1990, que trata da utilização — desse mesmo potencial indígena — como mão-de-obra quando da estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Para observação do contato entre habitantes locais e representantes das sociedades francesa e portuguesa, empregamos metodologias histórica e arqueológica, recorrendo ao conceito antropológico de “fricção interétnica”. Para explicar a ocupação territorial Tupi-Guarani, Beltrão levanta a hipótese de uma estratégia alicerçada em um tripé, composto, por sua vez, de aldeias, acampamentos e peabirus.

Guardando uma diferença de cerca de 2.000 anos, reservados às migrações humanas, em relação aos assentamentos da América do Norte, grupos caçadores poderiam ter seguido algumas rotas de penetração no território hoje brasileiro, atingindo os planaltos — sítio arqueológico denominado “Toca da Esperança” (Noroeste do Estado da Bahia) e sítio “Alice Boër” (interior do Estado de São Paulo) — até o litoral (Estado do Rio de Janeiro — bacia de “Itaboraí”).

Essas pesquisas arqueológicas, coordenadas por Beltrão, situam as primeiras formas de vida em grupo no Pleistoceno Médio (Beltrão e Danon, 1987 e Lumley, Beltrão et alii, 1988).

Caminhando no tempo, em direção ao presente, podemos após milhares de anos, alcançar o Holoceno, quando grupos de pescadores

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

e coletores se concentraram na costa e ali deixaram vestígios da dieta alimentar adotada nos chamados “sambaquis” (*shell mounds*). Também as áreas interioranas continuaram a ser procuradas, muitas vezes em alternância com os deslocamentos sazonais.

Quando da expansão européia concretizada através dos “grandes descobrimentos”, ocorridos nos séculos XV e XVI, entre as populações encontradas no Novo Mundo, predominavam, na faixa atlântica, as pertencentes ao Tronco Tupi e grupo-lingüístico Tupi-Guarani.

É pois, da cultura Tupi, cujo principal elemento de identidade social era a “língua geral”, adotada pela maioria das populações nativas e inclusive pelos europeus aqui desembarcados, que cuidaremos neste artigo.

As pesquisas arqueológicas, encetadas pela Prof^a Maria Beltrão no Estado do Rio de Janeiro, revelaram informações expressivas para o período proto-histórico, e até embasadoras de outras propostas para a época histórica.

A Prof^a Salete Neme, em sua tese de Mestrado em História, tratou do contato entre europeus, especialmente portugueses, e populações originárias da região do Rio de Janeiro, conhecidas como Tamoio ou Tupinambá, integrantes do mencionado grupo lingüístico.

Assim, pretendemos observar, no presente trabalho, os grupos Tupi-Guarani na área correspondente ao atual Estado do Rio de Janeiro, antes do contato com os representantes das sociedades alienígenas e durante a expansão do mundo mercantilista.

Os Tupi na proto-história

1. *Origens*

Embora não se conheça a origem dos grupos Tupi, pesquisas lingüísticas (Rodrigues, 1965), baseadas nas percentagens de cognatos, recuam até 5.000 anos a idade de todo o tronco Tupi-Guarani e a 2.500 a da família Tupi-Guarani. Todas essas famílias, até agora conhecidas, que compõem o citado tronco, se encontram na região do Guaporé — atual Estado de Rondônia.

As referidas pesquisas lingüísticas, alicerçadas na percentagem de palavras ou vocábulos com uma raiz comum não encontram dados arqueológicos correspondentes. Ou seja, o elemento mais característico da cultura material Tupi é constituído pela cerâmica e essa não parece, até agora, alcançar mais de 1.500 anos.

A utilização da cerâmica, como testemunho inconfundível da presença Tupi, configura-se também como elemento limitador à observação da difusão e migração de tais grupos.

2. *As migrações*

A expansão dos Tupi em direção à costa, partindo de Rondônia rumo ao Amapá e acompanhando todo o litoral até o sul do Brasil (Fig. 1), chegou à região do Rio de Janeiro por volta de 400 A.D., caracterizando-se como um dos maiores movimentos migratórios de que se tem notícia.

No entendimento de Beltrão, uma das hipóteses explicativas desses deslocamentos ligá-los-ia às alterações climáticas. Esses movimentos passaram a ter então um significado simbólico: a busca da terra sem males.

Embora as pesquisas arqueológicas na região apontem para aquela antiguidade, as datações obtidas pelo C¹⁴ em sítios Tupi-Guarani na cidade do Rio de Janeiro situam-se em A.D. 980±100, enquanto a data mais antiga para a ocupação Tupi no interior é de A.D. 570±150 (Beltrão, 1986). A aparente discordância das datas obtidas deve-se em grande parte à destruição dos sítios arqueológicos localizados na costa, onde a urbanização ocorreu, e continua, com maior intensidade.

2.1. A estratégia de ocupação

Os Tupi-Guarani empregaram, para ocupação do território brasileiro uma estratégia alicerçada em um tripé, composto, por sua vez, de aldeias, acampamentos e peabirus.

A hipótese, de autoria de Beltrão, acrescenta ainda que para melhor domínio das áreas, além da aldeia central, estabelecida junto à

orla marítima ou nos morros em forma de meia-laranja com visão de 360° da linha do horizonte, refletindo uma preocupação defensiva, esse grupo usava meios ofensivos.

Esses meios eram os próprios acampamentos, com funções distintas (caça, pesca, plantio, coleta, guerra, viagens), mas que serviriam primeiramente de marcas territoriais.

Ligando aldeias e acampamentos, situados às vezes a dois ou três dias de viagem, distribuíam-se os caminhos conhecidos como "peabirus".

3. Aldeias e acampamentos

As informações sobre as aldeias Tupi, no caso específico as Tupinambá, vêm-nos já do período histórico através dos cronistas que as descrevem como apresentando forma circular, protegida por uma cerca externa, também circular. Pelo menos após o contato com o europeu, elas teriam dupla "paliçada". As casas eram retangulares e de grandes dimensões (oscilando de 50 a 200 m de comprimento), dispostas em torno de um pátio central, quadrangular, onde se desenrolava a vida social e religiosa da comunidade. As aldeias contavam com populações numerosas, que permaneciam no mesmo lugar cerca de 5 a 6 anos.

À época da chegada dos Tupi-Guarani ao novo local, as aldeias deviam ser menores (200 m de diâmetro, no máximo, de acordo com Beltrão (1978) porque correspondiam a um período não só de adaptação às condições locais como de instabilidade, próprio da etapa de apropriação dos novos territórios.

Quando alcançavam um período de estabilidade, as aldeias chegavam a atingir 600 m de diâmetro e os locais escolhidos para fixação das aldeias eram aprazíveis, junto aos cursos d'água.

Os Tupi dispunham ainda de abrigos ou cabanas provisórias, utilizadas em viagens ou quando em guerra com outros indígenas. Beltrão (1978) lembra a existência comum, na maior parte das sociedades humanas do tipo ágrafo, do complexo aldeia/acampamento. O que chamaria a atenção para o grupo em apreço é a incidência desses dois tipos de habitação em grande número e em uma mesma área (Fig. 2),

localizados à pequena distância uns dos outros e com ocorrência temporal simultânea: “Os locais de pousada” deveriam existir em abundância; são locais de permanência fortuita ou de ocupação efêmera (horas ou dias), e distinguem-se das aldeias, onde a permanência era mais prolongada, pela quase completa ausência de artefatos”.

3.1. Atividades econômicas

O aproveitamento e distribuição espaciais feitos pelos Tupinambá estavam estreitamente vinculados à sua organização econômica.

Utilizavam-se de uma base em que a agricultura rudimentar (horticultura de subsistência, segundo Galvão, 1963) parece ter desempenhado papel primordial ao lado da caça, pesca e coleta.

Para se dedicar à coleta de moluscos, por exemplo, os Tupi-Guarani deixavam suas aldeias, fixando-se temporariamente nas proximidades dos bancos de moluscos, onde se instalavam em cabanas provisórias.

Os acampamentos para coleta de moluscos (Beltrão e Faria, 1970/71), localizados próximos ao mar e junto aos rios, em pequenas elevações areno-argilosas de aproximadamente 50 cm, circundados ainda hoje pelo mangue, não atingem mais de 1 m de altura sobre este. São circulares e geralmente pequenos (cerca de 40 m de diâmetro). Foram ocupados sazonalmente durante, talvez, uma dezena de anos e abandonados quando se deu o quase esgotamento das fontes de subsistência, o que pode ser verificado pela diminuição do tamanho das conchas encontradas nos níveis arqueológicos mais próximos à superfície.

3.2. Os vestígios arqueológicos

Entre os achados referentes à cultura material recolhidos em acampamentos em Guaratiba (situada a oeste da cidade do Rio de Janeiro), verificou-se a existência de cerâmica, pedra lascada e polida, vértebras trabalhadas, fogueiras, conchas e ossos trabalhados e grande quantidade de restos de mamíferos, aves, répteis e peixes. Apresentam ainda características arqueológicas inconfundíveis, como os vestígios de estacas das pequenas habitações construídas, correspondentes aos

tapii atuais, erguidos nas roças distantes da aldeia ou em acampamentos de caça e de coleta mais duradouros.

Pelo que já foi observado nas pesquisas arqueológicas, grande parte das expressões culturais dos Tupi, ocupantes do litoral brasileiro, no século XVI, concretizou-se em matéria-prima de pouca durabilidade. Assim, como acabamos de ver, de suas habitações, o que é suscetível de ser encontrado são os restos das estacas e vestígios das fogueiras — estas últimas podem dar uma idéia do número de famílias elementares existentes em cada casa. Entre os adornos e vestimentas, apenas os objetos fabricados de osso ou pedras (por exemplo os *tembetá*, enfeites auriculares, pentes etc) são capazes de resistir ao tempo. As armas eram praticamente todas elas fabricadas de produtos vegetais.

Enfim, os arqueólogos dispõem de reduzida parcela do universo material Tupi-Guarani, registrando apenas os artefatos líticos (entre os quais sobressaem os machados de pedra), ósseos (em alguns casos), conchíferos e cerâmicos. Ainda assim, até o estado atual do conhecimento, não é possível distinguirmos, a não ser pela cerâmica, os aspectos da cultura material relacionados com os Tupi, daqueles pertencentes a outros grupos lingüísticos contemporâneos ou não a eles.

3.2.1. A Cerâmica

Apenas a cerâmica, por suas características inconfundíveis, permite o fácil reconhecimento de uma ocupação Tupi.

Em linhas gerais, a técnica de manufatura é sempre o acordelado, o antiplástico usado é o quartzo, e a queima acontece por oxidação incompleta.

A cor dos cacos (não-pintados) varia do cinza-escuro ao cinza-claro. O vermelho-tijolo, o alaranjado e o creme constituem exceções. A dureza do caco situa-se entre 2, 3 e 5 da escala de Mohs.

Além dos cacos sem decoração, classificados como do tipo simples (Fig. 3), registram-se os tipos pintados (Fig. 4), corrugado (Fig. 5), escovado, ungulado (*finger nail*), digitungulado (*finger tip*) e entalhado (*nicked*), de acordo com a "Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica" (1966).

Os cacos espessos parecem existir com maior frequência nas aldeias, o que significaria ausência de recipientes grandes nos acampamentos. Nestes, predominariam as tigelas e pequenos vasos.

A cerâmica Tupi-Guarani serve, pois, de “peça-guia” para identificação do grupo, embora, como já dissemos anteriormente, se constitua em prova limitadora ao reconhecimento da ocupação dessa família lingüística.

4. Os “*peabirus*”

As rotas migratórias dos Tupi-Guarani só podem ser seguidas a partir do momento em que passaram a usar a tecnologia da cerâmica (corrugada e pintada) e desde que esses vestígios materiais não tenham sido destruídos pela ocupação européia.

A reconstituição das rotas migratórias Tupi em toda a extensão de seus domínios é impossível, no atual estado do conhecimento, sem nos permitirmos algumas conjecturas. Beltrão acredita em uma estratégia de ocupação formada pelo tripé já mencionado, cujo terceiro elemento é representado pelos *peabirus*.

Os caminhos que ligavam as tribos Tupi-Guarani por todo o território, alcançando inclusive regiões não brasileiras, são conhecidos como *peabirus*, cujo significado em Tupi é “caminho que se percorre”. Trata-se de trilhas abertas na mata pelos indígenas, possuindo cerca de 1,50 m de largura. Na Bahia tornaram-se conhecidos como *mairapés*.

Beltrão et alli (1986) observaram que a região ocupada pelos Tupi-Guarani à época do descobrimento do Brasil corresponde aproximadamente ao contorno do mapa da nação, ao sul do Amazonas. Os autores da mencionada obra acreditam que os portugueses penetraram onde já estava antes o Tupi, e que as rotas de penetração acompanhavam o sistema viário pré-Cabralino.

Comprovando essa hipótese, tomamos como exemplo as invasões francesas do Rio de Janeiro em 1710, quando o comandante Duclerc fez o percurso, pelo interior, de um antigo acampamento em Guaratiba a uma aldeia em Manguinhos. Essa aldeia fazia parte das 22 indicadas pelo cronista Jean de Léry.

O contato no litoral do Rio de Janeiro no século XVI: Tupinambá, franceses e portugueses

1. Os Tupinambá no período histórico

1.1. Densidade demográfica

Quando os europeus, inicialmente os franceses e, a partir de 1565, os portugueses, se instalaram na região do Rio de Janeiro, ali viviam grupos Tupi conhecidos como Tupinambá. De acordo com Fernandes (1963), os Tupinambá ocupavam de São Sebastião, no litoral paulista, a Cabo Frio e, em alguns trechos, até 132 km para o interior. Já Métraux (1928), denominando-os Tamoio, distribui os habitantes pela costa, do Cabo de São Tomé à baía de Angra dos Reis, com aldeias, às margens do rio Paraíba (Fig. 6).

A contar da distribuição dos grupos locais, da distância entre uns e outros, da composição de cada um deles em subunidades vicinais — as chamadas “malocas” — podemos considerar o adensamento da população nativa na área do Rio de Janeiro, muito embora não dispomos de dados precisos.

Para a distribuição dos grupos locais e números de moradores por maloca, contamos com as informações divergentes dos cronistas, sobretudo dos opositores Léry e Thevet.

1.2. A estrutura social e a organização econômica

A organização social dos grupos tribais Tupinambá é resultante da conexão existente entre os recursos naturais, seu aproveitamento social e a ordenação das relações humanas daí resultantes.

Trata-se de uma organização social de grande complexidade, em que cada componente institucional justifica um estudo aprofundado, como o fez Fernandes: “O sistema de parentesco constituía a estrutura social básica do sistema organizatório Tupinambá. As demais estruturas sociais (grupos locais, malocas, categorias de sexo e de idade, etc) desempenhavam funções suplementares na organização social”.

A organização social subordinava-se, por sua vez, ao sistema religioso tribal. Este determinava em grande parte o tipo de comportamento dos indivíduos e as principais atividades e cerimônias coletivas.

Quanto à organização econômica, a extrema dependência da natureza para a satisfação imediata das necessidades existenciais do grupo orientava os mecanismos de exploração do meio-ambiente, incluindo aí o instrumental tecnológico, praticamente uniforme, apesar da multiplicidade das comunidades integrantes da unidade maior Tupinambá. No dizer de Fernandes (1963:84), “cada grupo local constituía uma unidade econômica independente e auto-suficiente, dispondo de recursos naturais limitados e contando com um raio de ação mais ou menos definido”.

A escolha do local por ser ocupado pelo grupo fazia-se em função do acesso fácil e seguro às fontes de subsistência baseada na caça, pesca e complementada por trabalhos agrícolas ligados à horticultura. Continuava a existir o complexo aldeia/acampamento (Fig. 7).

A ação econômica dirigia-se para a sobrevivência e a família apresentava-se como principal unidade de produção. Segundo Pigafetta e Abbeville (apud Fernandes), cabiam às mulheres os trabalhos mais penosos e empenhavam-se elas em maior número de ocupações do que os homens. Enquanto o papel da mulher na economia Tupinambá está ligado à produção de subsistência, no desempenho masculino têm prioridade a segurança e proteção do grupo, assim como a conquista de novas terras garantidoras da sobrevivência do mesmo.

2. O contato interétnico durante a 2ª metade do século XVI no Rio de Janeiro

O “contato interétnico” no Brasil variou de acordo com o processo de conquista e colonização do litoral. No Rio de Janeiro, a segunda metade do século XVI, quando ocorreu a fundação e estruturação da cidade, repetiria as fases já superadas em outras regiões.

A baía de Guanabara ou do Rio de Janeiro (Fig. 8), já era conhecida por portugueses e franceses desde o início daquela centúria. Quando os franceses se instalaram no forte Coligny, a atual Ilha do Governador era um dos principais pontos de contato com os nativos, que ali deixaram vestígios de cinco aldeamentos entre os 22 existentes na baía, conforme o registro de Léry mencionado anteriormente.

A permanência dos franceses na região não chegou, porém, a comprometer a existência dos aborígenes que deles se tornaram aliados contra os portugueses. O reduto militar chefiado por Villegaignon não implicou a conquista territorial e expulsão dos nativos, permitindo-lhes a manutenção da sua autonomia tribal.

No regime de subsistência que acolheu franceses e portugueses, as relações de troca permitiram tanto a obtenção de mercadorias quanto a prestação de serviços e subliminarmente a assimilação de manifestações culturais.

Entre os instrumentos introduzidos pelos europeus, o machado de ferro foi prontamente adotado pelos indígenas substituindo o seu, feito de pedra. Com a nova ferramenta, o abatimento da árvore e corte da madeira ficaram mais fáceis.

Atendendo os interesses europeus, a extração do pau-brasil, a coleta de pimenta e de algodão não chegaram a interferir na organização social Tupinambá e, apesar da quantidade de madeira exportada, após a criação da cidade, o extrativismo permaneceria mais como atividade sazonal, complementar da economia açucareira.

Durante os primeiros contatos, não sistematizados, característicos das atividades extrativas, vigoraria o sistema de trocas conhecido como *escambo*.

2.1. O escambo

Através desse sistema, tanto os elementos nativos quanto os europeus tinham acesso aos “bens” de cada cultura. Esses bens, que não constituíam, em suas origens, valor econômico, consistiam de um lado em provisões, permissão para a retirada de recursos naturais e ainda prestação de trabalho, de outro, em artefatos e manufaturas.

Na fase em que o domínio da ação cabia aos nativos possuidores dos recursos naturais e humanos e, portanto nutridores das necessidades dos recém-chegados, o “contato” apresentou-se a nível cultural, em que as diferenças eram notadas mas não intencionalmente impostas. Dessa situação participaram cronistas de diversas nacionalidades.

No momento em que as populações locais se encarregaram da ambientação dos conquistadores aos trópicos, os europeus tiveram que

obedecer às tradições tribais, servindo-se das próprias acomodações indígenas e adotando a sua dieta alimentar. Os achados arqueológicos feitos por Beltrão (1972:2) confirmam as alterações materiais resultantes desse convívio: “Ao que parece, os europeus habitaram durante algum tempo as malocas Tupinambá (Aldeia da Alta Freqüência, Ilha do Governador (GB), procurando, quando possível, arrumar os aldeamentos segundo seus padrões. Assim, as várias fossas culinárias passam a transformar-se numa única e enorme fossa, localizada nos limites da aldeia. Além dessa “ordem caseira”, os vestígios europeus se restringem a uma enorme quantidade de cacos de louça, prego, formões, etc, que aparecem associados à cerâmica Tupinambá, fartamente descrita pelos primeiros cronistas.

Importantes traços da cultura Tupinambá perderam-se já nos primeiros 50 anos de contato: “cinquenta anos após a chegada dos europeus, um aldeamento, o de Pixunas, também na Ilha do Governador, toma a forma retangular...”

Um dos elementos fundamentais do contato interétnico, sobre tudo com os portugueses, foi a mulher indígena, representante das relações domésticas e principal força produtora no sustento do grupo, ela constituiu-se em veículo para a desorganização tribal e conseqüente transferência da propriedade dos meios de produção das sociedades nativas para aquelas colonizadoras.

Resultados do contato

Enquanto o contato se processou a nível de escambo, foi possível o convívio de culturas diferentes e a adoção de valores até então desconhecidos. Já com a instalação dos conquistadores portugueses e a implantação da empresa colonizadora, verifica-se a destruição não apenas do universo material das populações nativas — por exemplo: as aldeias foram transformadas em aldeamentos e, a maior parte desses administradas por jesuítas — mas principalmente do seu extermínio.

As situações de domínio do colonizador, expressas na luta arma-

da, provocaram a dizimação de grande parte das populações nativas, a fuga de grandes contingentes para a região de Cabo Frio, onde anos depois seriam mortos, e ainda a escravização dos sobreviventes.

Da atuação desses últimos, como mão-de-obra, nasceu a cidade do Rio de Janeiro, para cuja expansão foram em seguida importados negros africanos.

A Arqueologia do contato no litoral fluminense no século XVI tem pois na criação da cidade do Rio de Janeiro o contexto para os três elementos étnicos formadores da atual sociedade nacional e o testemunho da imposição do modelo do grupo dominante. A cultura material dessa sociedade híbrida, em formação, se compôs, basicamente, de categorias ergológicas percebíveis, permanecendo como elemento reconhecidamente Tupi, a cerâmica.

ABSTRACT: The Tupinambá, French and Portuguese in Rio de Janeiro during the Sixteenth Century — This study of sixteenth century interethnic contact stems from Beltrão's archaeological research into indigenous groups of the Tupi-Guarani linguistic trunk that had settled in the Rio de Janeiro area before the arrival of Europeans and from Neme's 1990 Master's thesis in History dealing with the use of those same indigenous groups as labor for building the city of Rio de Janeiro. In observing contacts between the local inhabitants and representatives of the societies of France and Portugal, we used historical and archaeological methodologies and the anthropological concept of "interethnic friction". In order to explain Tupi-Guarani territorial occupation, Beltrão coins the hypothesis of a three-pronged strategy based on villages, encampments and peabirus (trails).



Figura 1 — Expansão do grupo lingüístico Tupi-Guarani pelo território brasileiro



Figura 3 —
Vaso de cerâmica Tupi-Guarani,
do tipo simples

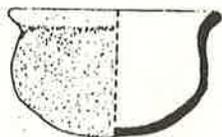


Figura 4 —
Cerâmica pintada Tupi-Guarani

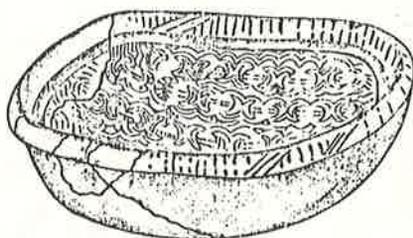


Figura 5 —
Cerâmica Tupi-Guarani,
do tipo corrugado

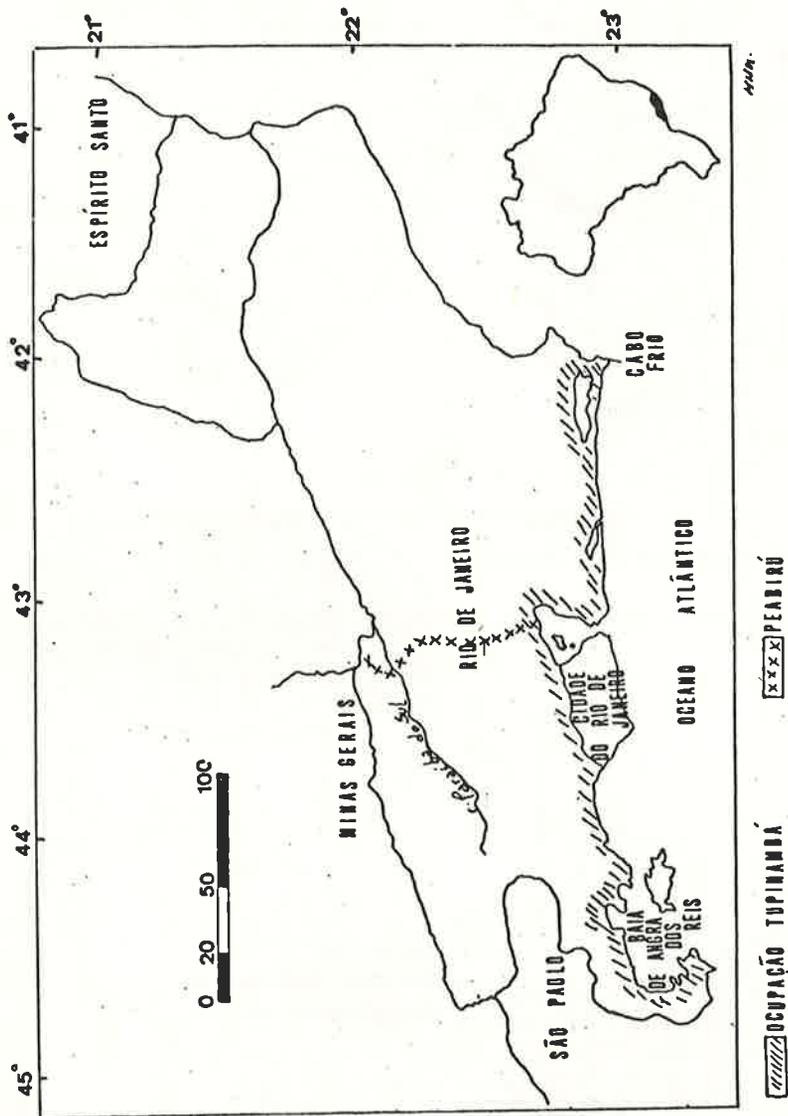


Figura 6 — Mapa do Estado do Rio de Janeiro, indicando a área ocupada pelos Tupinambá, quando da chegada dos europeus à região no século XVI

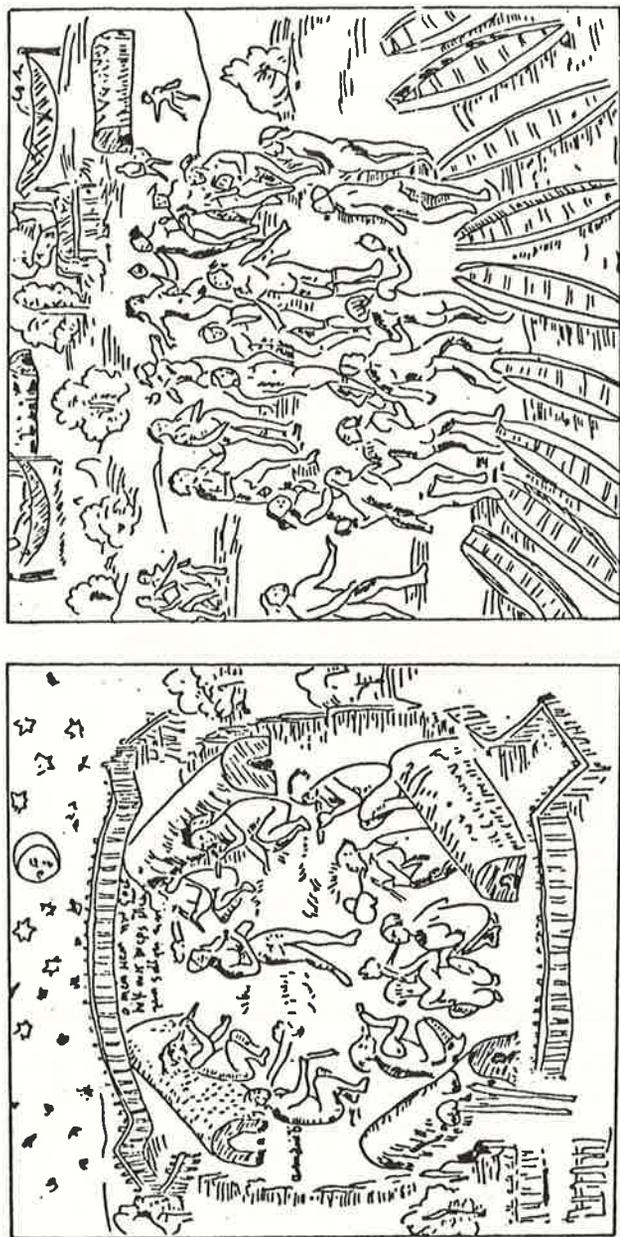


Figura 7 — Aldeia (a) e acampamento (b) Tupinambá, visitados por Hans Staden

NEME, S. e BELTRÃO, M. C. Tupinambá, franceses e portugueses no Rio de Janeiro durante o século XVI. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 7:133-151, 1993.

Bibliografia

- ABREU, J. C. de — Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- BELTRÃO, M. C. de M. C. e FARIA, E. G. — “Acampamentos Tupi-Guarani para coleta de moluscos”. Separata da *Revista do Museu Paulista*, ns., 19:97-135. São Paulo, 1970/71.
- BELTRÃO, M. C. de M. C. — *Os Tupinambá no Rio de Janeiro* (1.200 anos de ocupação). Brasília: Gráfica Alvorada Ltda., 1972.
- BELTRÃO, M. C. de M. C. — Pré-História do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- BELTRÃO, M. C. de M. C.; DORIA, F. A. de M. A.; e DORIA, M. R. de P. A. — A Cerâmica Pré-Histórica Brasileira: “Os Tupis-Guaranis e a estratégia de ocupação do Território”. *Anais do Encontro “Arte e Cerâmica”*, 30º Congresso Brasileiro de Cerâmica. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Cerâmica, 1986.
- BELTRÃO, M. C. de M. C. e DANON, J. — “Evidence of human occupations during the middle pleistocene at the Toca da Esperança in Central Archaeological region, State of Bahia, Brazil” — in *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vol. 59, nº 3, 1987.
- CORTESÃO, J. — *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC — Serviço de Documentação, 1958.
- FERNANDES, F. — *Organização Social dos Tupinambá* — 2a. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- GALVÃO, E. — “Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena”. *Revista do Museu Paulista*, nº 6, 14. São Paulo, 1963.
- LATIF, M. de B. — *Uma cidade no Trópico* — São Sebastião do Rio de Janeiro. 2ª. ed. RJ, Livraria Agir Edit., 1965.
- LÉRY, J. de — *Viagem à Terra do Brasil*. 3ª. ed., São Paulo, Livraria Martins, 1960.
- LUMLEY, H. de; LUMLEY, M. A.; de BELTRÃO, M. C. de M. C.; YOKOYMA, Y.; LABEYRIE, J.; DANON, J.; DELIBRIAS, G.; FALGUERES, C.; BISCHOFF, J. L. — Découverte d’Outils Taillés Associés à des Faunes du Pleistocene Moyen dans la Toca da Esperança, État de Bahia, Brésil. in C. R. *Academie des Sciences de Paris*, T. 306, s. II: 241-247, 1988.
- MÉTRAUX, A. — *La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani*. Paris, Paul Geuthner, 1928.
- NEME, S. — *Mão-de-obra indígena no Rio de Janeiro — séc. XVI*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- NIMUENDAJU, C. — *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro, Pró-Memória/IBGE, 1981
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO — “Curso de História do Rio de Janeiro”. Vol. 288 — julho-setembro — 1970. Rio. Departamento de Imprensa Nacional, 1971.
- STADEN, H. — *Dois viagens ao Brasil; arrojadas aventuras no século XVI entre antropólogos do Novo Mundo*. São Paulo: Sociedade Hans Staden, 1942.
- UFP, CEPA — Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Parte I (1966), Parte II (1969).